

# Por falta de projeto, Brasil pode perder crédito alemão para preservar florestas

Ajuda técnica é outra forma de cooperação

**RAFAEL MARKO**  
Enviado especial a Porto Alegre

O governo da República Federal Alemã colocou à disposição do governo brasileiro uma linha de crédito de até 30 milhões de marcos (cerca de NCz\$ 29 milhões no câmbio paralelo) para serem utilizados este ano exclusivamente na preservação de florestas tropicais. No entanto, uma avaliação preliminar oficial alemã indica que faltam projetos brasileiros e que, nos planos em formulação, dificilmente o Brasil conseguirá preencher os requisitos para ter acesso à totalidade destes recursos.

Os 30 milhões de marcos se encontram no âmbito da cooperação financeira teuto-brasileira —um mecanismo pelo qual a KFW (Kredit Fuer Wiederaufbau, o Banco de Crédito para a Reconstrução da RFA) financia projetos estatais brasileiros. Trata-se de um dos dinheiros mais baratos do mundo, emprestado com juros de 2% ao ano, prazo de amortização de 30 anos e carência de dez. Até o ano passado, a mesma KFW emprestava a uma taxa de juros de 4,5%, com prazo de 20 e carência de cinco.

Até agora alguns Estados brasileiros se mostraram interessados nestes recursos, como Amazonas, São Paulo, Bahia, Mato Grosso e Rondônia. Mas existem sérias deficiências que impedem a viabilidade dos projetos. Faltam, por parte da maioria dos interessados, cadastros confiáveis sobre a situação exata das florestas que desejam preservar. Falta pesquisa sobre como recuperar áreas devastadas. O governo alemão se recusa a emprestar dinheiro para aventuras como lançar sementes de gramíneas a esmo em terras inadequadas e sem garantias de que o crescimento da camada vegetal seja posteriormente cuidada, como se verifica com a experiência do governo paulista na serra do Mar, região de Cubatão. Faltam infra-estrutura e pessoal treinado para levar adiante os projetos. Além disso, com a extinção do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), resta saber qual órgão federal coordenaria os diversos programas estaduais.

## Eficiência obrigatória

Para a RFA, a destinação correta e bem aplicada dos recursos é estratégica, e não tem a ver com as recentes pressões internacionais condicionando novos empréstimos ao Brasil ao fim da devastação na Amazônia. A RFA anunciou na Conferência Internacional de Preservação do Meio Ambiente realizada em maio de 1988 em Toronto, Canadá, que priorizaria sua ajuda

## Amazônia deve ser mapeada

Do enviado

O Ministério do Interior deverá assinar um convênio de cooperação técnica com a França para desenvolver o mapeamento de florestas através de sensoramento remoto. O objetivo é mapear a Amazônia. Segunda-feira, em Brasília, o ministro João Alves abre a 6ª Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente da América Latina e Caribe, onde a preservação da Amazônia será debatida. (RM)

financeira à preservação das florestas tropicais em todo o mundo.

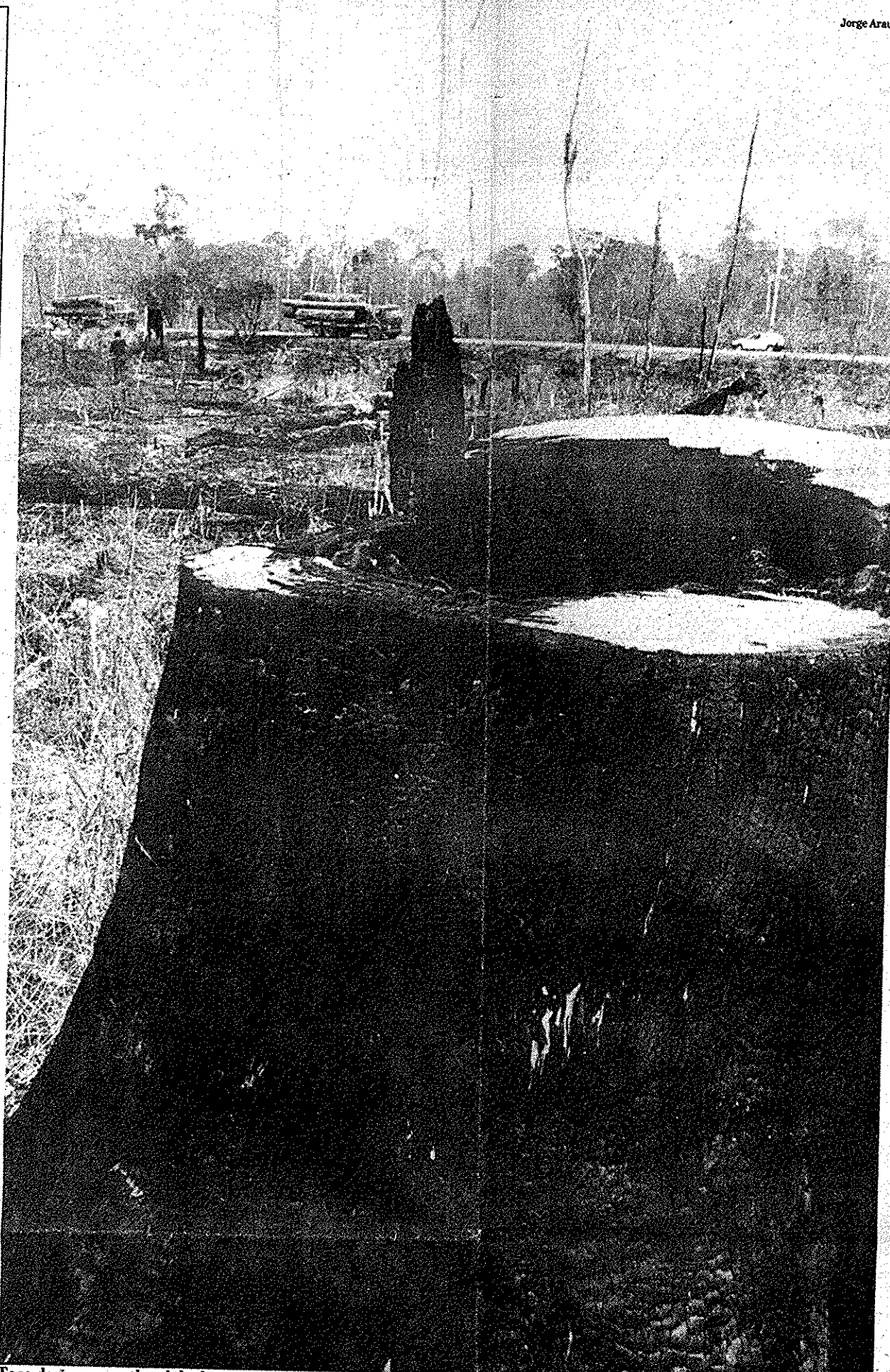
A devastação destas florestas, comprometendo o clima mundial, é motivo de preocupação na RFA, um país que busca na interdependência comercial com o Sul uma forma de escapar da dependência do relacionamento Norte-Norte. Isto significa que a análise dos pedidos governamentais brasileiros de empréstimos da KFW será feita dentro de parâmetros técnicos para assegurar a eficiência dos projetos.

A decisão alemã anunciada em Toronto foi colocada em prática. Segundo o secretário de Cooperação da embaixada da RFA no Brasil, Andreas Illner, os 30 milhões de marcos correspondem a 75% do total de 40 milhões de marcos que a KFW colocou à disposição do Brasil para 1989. Os dez milhões restantes financiarão em sua maioria projetos localizados no Nordeste nas áreas de saúde básica, saneamento, eletrificação rural e meio ambiente.

O governo alemão pretende analisar cada projeto de recuperação florestal que lhe chegar às mãos. E, apesar das dificuldades que o Brasil enfrenta para conseguir tecnicamente preservar seu meio ambiente, há uma disposição da RFA de não desanimar as diversas secretarias estaduais ou estatais como a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo). Segundo Andreas Illner, em abril chegará ao Brasil uma missão alemã de alto nível, com o objetivo de dar impulso às idéias de reflorestamento e colaborar para que sejam transformadas em projetos factíveis de serem financiados pela KFW.

Os financiamentos da KFW haviam sido interrompidos depois de 1982. A partir de 1988, com o levantamento da moratória, os empréstimos ao Brasil voltaram.

O jornalista RAFAEL MARKO viajou a Porto Alegre (RS) a convite da embaixada alemã.



Toco de árvore em local de desmatamento; ao fundo, caminhões trafegam no km 146 da rodovia Rondônia-Porto Velho

Jorge Araujo

Se a RFA não aprovar projetos de financiamento para preservação florestal por deficiências estruturais brasileiras, pode entrar em campo outro braço da cooperação bilateral: o técnico, monitorada na Alemanha pela GTZ (Gesellschaft for Technische Zusammenarbeit, ou Sociedade de Cooperação Técnica).

Por exemplo, se ficar constatado que determinado projeto não será aprovado por falta de um cadastro da cobertura vegetal de determinado Estado, poderia ser desenvolvido primeiramente um projeto técnico para montar esse cadastro.

No âmbito desta cooperação, o professor Ayrton Figueiredo Martins, da Universidade Federal de Santa Maria (RS), está conseguindo comprovar que a termelétrica gaúcha de Candiota provoca uma devastação ambiental muito maior que o capim contaminado por fluoretos; também o mal produzido pelas abelhas da região já está contaminado. A GTZ assessora a universidade na formação do curso de pós-graduação de química e conseguiu a sofisticada aparelhagem utilizada por Martins para suas análises.

A Secretaria do Planejamento do Rio Grande do Sul também está armando um projeto de cooperação técnica com a GTZ que tem uma vertente ecológica: a viabilização da melhoria da qualidade do meio ambiente no Rio Grande do Sul. Se o projeto for aprovado, o governo gaúcho conseguirá capacitação técnica para a preservação dos recursos ambientais daquele Estado, como fortalecimento do Departamento do Meio Ambiente para atuar com eficácia no controle das fontes de gradadoras, a partir de um trabalho desenvolvido pela coordenadora Luisa Chomenko. Será possível, por exemplo, medir o impacto ambiental que a construção de uma futura fábrica de papel, no município de Rio Grande, terá em toda a extensão da costa gaúcha, onde extensas áreas de florestas de eucaliptos já estão devastando os santuários ecológicos da região.

A Surhema (Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente) do Paraná também conta com o apoio da GTZ no projeto que estuda o impacto ambiental de barragens —graças a essa cooperação, segundo o superintendente Alberto Baccharim, é possível atestar com rapidez os impactos ocorridos à jusante das barragens a partir de exames limnográficos nos rios. O coordenador da Surhema, Uivald Pawlowsky, também pelo convênio com a GTZ, realizou um curso na Escócia sobre a metodologia dos Rima (Relatórios de Impacto Ambiental), agora uma exigência constitucional. (RM)

# Colaboração já abrange 50 programas no país

Do enviado especial

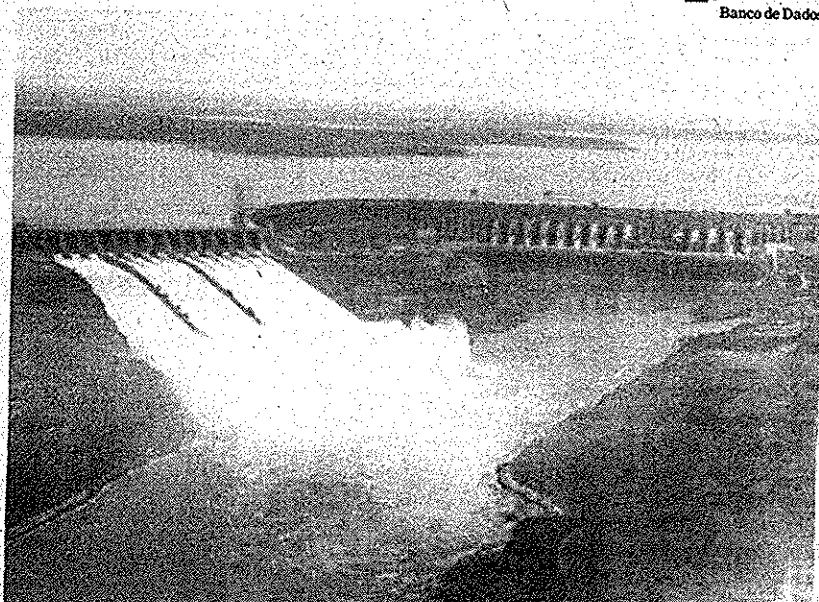
Hans-Jürgen Kröger, chefe do Escritório Brasil da GTZ, afirma que há 50 projetos de cooperação técnica em andamento no país, com um orçamento para este ano no valor de 40 milhões de marcos (NCz\$ 38,5 milhões ao câmbio paralelo). Esta modalidade de cooperação vem aumentando. Há seis anos, por exemplo, o total de projetos no Brasil demandava 24 milhões de marcos.

Nestes projetos, a RFA não entra diretamente com dinheiro, mas sim com técnicos. A partir de uma solicitação brasileira, são enviados técnicos alemães, por um período que pode variar de duas semanas a cinco anos, para o desenvolvimento de projetos específicos, muitos deles na área de meio ambiente. Técnicos brasileiros são mandados para cur-

tos estágios na Alemanha.

A contrapartida brasileira a esses projetos sai muitas vezes com dificuldades. Por exemplo, está tudo pronto para o enchimento do futuro reservatório do rio Passaúna, próximo a Curitiba (PR), escolhido como área piloto para os estudos de impacto ambiental da Surhema. Mas desde o fim do ano passado o reservatório não é concluído porque o governo federal não paga uma dívida de US\$ 3 milhões (NCz\$ 5,4 milhões ao câmbio paralelo) com a empreiteira responsável pelas obras.

O maior problema, segundo Hans-Jürgen Kröger, porém, é o fato de as universidades brasileiras não terem mais recursos para a manutenção e complementação dos projetos da GTZ. As vezes não há dinheiro para comprar material e as pesquisas param. (RM)



O governo alemão quer estudar efeitos de barragens como a de Itaipu.

Banco de Dados